

Integração Educacional e Comunitária

MARIA CECÍLIA DE FREITAS CARDOSO

Professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Quando falamos de integração educacional e comunitária, partimos de vários pressupostos. Em primeiro lugar, percebemos a integração como possibilidade de que a pessoa com necessidades especiais devido a deficiências ou problemas em seu desenvolvimento viva e conviva com as demais pessoas de sua comunidade.

E este viver e conviver em sua própria comunidade é um direito e uma questão de justiça. Não é nenhum favor que a sociedade lhe concede. É justo que o educando portador de necessidades especiais frequente a mesma escola de seus irmãos e vizinhos, perto de sua casa, sem precisar fazer longos e onerosos percursos para chegar, muitas vezes extremamente cansado, a uma escola longe de sua residência. E é justo que receba uma educação adequada às suas necessidades específicas, uma vez que a educação é um direito constitucional de todos os cidadãos. O princípio de integração não nega o atendimento às necessidades educativas especiais que o educando possa apresentar.

Em segundo lugar, consideramos integração na comunidade somente quando os indivíduos têm sentimento de pertença e uma identificação com os outros membros da comunidade. A aceitação e o pertencer a um grupo revela à pessoa o que esta tem de belo, pois ela é prestigiada, valorizada, acolhida, chamada a contribuir, recebendo o apoio e ajuda necessários ao seu desenvolvimento e participação na própria comunidade. Ao mesmo tempo, havendo identificação, cada um se sente semelhante ao seu próximo, com características comuns, em pé de igualdade. Assim, é possível haver troca, partilha, dar e receber, bem como a aceitação dos indivíduos como membros integrantes e plenamente participativos da comunidade.

Só haverá integração educacional, se os educandos sentirem-se identificados uns com os outros, todos pertencentes ao mesmo grupo escolar — sejam eles educandos previamente “rotulados” ou não, ou seja, que necessitem de algum tipo de ação educativa especializada ou que freqüentemente somente serviços de educação regular. Entretanto, muitas vezes a comunidade tem valores determinados e se fecha às pessoas que lhe parecem não compartilhar as mesmas características, habilidades e aspirações do grupo social. Isto se reflete na escola e pode levar ao fracasso uma experiência de integração educacional que não foi devidamente preparada.

Historicamente, as pessoas portadoras de deficiências ou problemas de desenvolvimento têm sido consideradas pela sociedade como pessoas “de fora” e são separadas das demais por diferentes razões que não nos cabe analisar neste momento. Sua pertença ao grupo social não acontece de forma automática como seria desejado — é fruto de um processo que requer esforço e planejamento, envolvendo cada pessoa em questão, suas famílias, a escola de modo especial e a sociedade em geral com todas as suas instituições.

CONDIÇÕES PARA A INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL E NA COMUNIDADE

Este processo deverá estar direcionado para mudanças de atitudes como valorização das diferenças e do cooperativismo, e descoberta e aceitação de dificuldades, deficiências e necessidades específicas de cada ser humano, bem como descoberta e valorização das potencialidades e dons específicos de cada um da comunidade. Somente assim uma maior integração poderá ser alcançada, conforme demonstram Vanier,¹ Johnson & Johnson,² Falvey³ e muitos outros educadores.

Mudanças de atitudes — A escola deverá trabalhar para a quebra de tabus, estigmas, desinformações, ignorância, que levam as pessoas a terem atitudes negativas em relação aos educandos “da educação especial”. Olhar para cada educando como ser único e evitar a massificação é indispensável. A individualização do ensino, o trabalho diversificado, a avaliação permanente e predominantemente qualitativa serão algumas conseqüências da mudança de atitude dos docentes. A turma ou alunos “especiais” e seus professores deverão ser aceitos como membros integrais do corpo docente e discente. A administração tem um papel essencial e poderá, segundo suas próprias atitudes, facilitar, dificultar ou até impedir a integração educacional. Por isto, é primordial que haja esclarecimento e incentivo junto aos administradores escolares.

Valorização das diferenças — Ser diferente e único é uma característica de todo ser humano. Naturalmente, com fins didáticos, para facilitar a compreensão do desenvolvimento e do comportamento humano, podemos normatizar e agrupar características semelhantes. Esta prática, porém, mui-

¹ VANIER, J. *Community and Growth*. London: Darton, Longman & Todd, 1989.

² JOHNSON, D.W., JOHNSON, R.T. *Organizing the school's social structure for mainstreaming*. Reston, Va: Council for Exceptional Children, 1981.

³ FALVEY, M.A. *Community-Based Curriculum; Instructional Strategies for Students with Severe Handicaps*. Baltimore: Paul H. Brooks, 1989.

tas vezes usada com abuso, impede a valorização das diferenças naturalmente existentes em todo ser humano. Saber descobrir o que há de único, de diferente, de característico de cada educando, seja ele “rotulado” ou não, é essencial para que se possa ajudá-lo a desenvolver-se plenamente.

Valorização do cooperativismo — O mundo moderno vive em eterna competição. Aprender a competir tornou-se uma necessidade de sobrevivência. Esta realidade, transportada para a escola, tornou-se, muitas vezes, uma obsessão. Não há lugar para quem não possa competir com os outros em muitas das atividades propostas. As práticas educacionais muitas vezes favorecem o individualismo, o fechamento de cada um sobre suas próprias capacidades e oportunidades, ou favorecem a competição, a descoberta do “melhor”, do que “é mais”, a necessidade de que se tenha que se sobressair em alguma coisa.

No entanto, somente numa sociedade pluralista, ciente de que é formada por pessoas diferentes, com capacidades diferentes, haverá lugar para todos, em termos de igualdade, visto não termos todos as mesmas capacidades, gostos, aptidões e oportunidades. A cooperação de todos para o bem de todos — coletivamente e de cada um — se faz necessária. Somente com espírito de cooperação, poderemos compreender a possibilidade de uma ação educacional integrada e integradora. Conseqüentemente, as práticas nas instituições educacionais devem tornar-se menos competitivas e individualistas, e mais cooperativistas em sua natureza, valorizando produtos coletivos e participação diferenciada dos membros, segundo suas capacidades próprias, estimulando a que cada um dê o máximo de si para o próprio bem e o bem de todos.

Descoberta e valorização de potencialidades, dons, dificuldades e deficiências específicos de cada um — A uns, os “rotulados”, a escola muitas vezes ensina que não têm dons específicos. A outros, os “não rotulados”, a escola muitas vezes ensina que não têm deficiências, especialmente os que estão sempre “por cima”, “primeiros alunos”. Cada educando, rotulado de “especial” ou não, tem dons específicos, capacidades próprias. Estas devem ser descobertas, proclamadas, cultivadas, exploradas. Esta realidade é motivo de alegria e traz vida à pessoa, uma vez que todos precisam saber que têm algo de bom para si e para oferecer aos demais.

Tarefa mais difícil, porém, é a descoberta das dificuldades e deficiências de cada um. As pessoas, “rotuladas” ou não, muitas vezes têm dificuldades em perceber ou aceitar suas próprias dificuldades e deficiências. Entretanto, todos necessitam deste conhecimento, para aprender onde estão seus limites, onde precisam de ajuda, de auxílio, onde necessitam da complementariedade dos demais. A percepção e valorização de sua realidade total, com altos e baixos, facilidades e dificuldades, é essencial para que o ser humano cresça e se desenvolva plenamente. É importante que todos os educandos descubram e valorizem esta sua própria realidade, sabendo tirar proveito deste conhecimento com a devida prudência e sabedoria.

CATEGORIAS DE INTEGRAÇÃO

Graus de integração. Integração física — A integração física é o grau de integração mais conhecido e decididamente questionado quanto à validade de seu uso com exclusividade. “De nada adianta colocar alunos que recebem educação especial junto aos alunos do ensino regular”, escutamos freqüentemente. A integração física consiste em estarem as pessoas no mesmo “grupo” que ocupa o espaço físico, isto é, no mesmo local, na mesma escola, no mesmo pátio de recreio, no mesmo refeitório, na mesma sala de aulas, na mesma piscina, no mesmo auditório, no mesmo ônibus escolar, etc. Ela é uma condição para um conhecimento mútuo, é indispensável para uma interação positiva. É certo porém que a integração física apenas, especialmente quando é imposta e sem nenhum planejamento e preparo adequado, pode tornar-se motivo para maior segregação e aumento do estigma. Já sabemos que com os valores sociais atuais a integração não ocorre automaticamente.

Integração funcional — Integração funcional é estarem as pessoas fazendo parte do mesmo grupo com uma atividade comum, como colando bandeirinhas, nadando, dançando, assistindo ao mesmo filme, observando a mesma experiência de ciências, relatando sob forma escrita um passeio, ouvindo a mesma história, participando da mesma aula de música, fazendo parte do mesmo grupo que enrola brigadeiros, etc. Os membros do grupo têm a mesma função, ainda que cada um com seu ritmo e sua precisão na execução da tarefa. Não é necessário que haja comunicação entre os membros do grupo.

Integração social — Para haver integração social, será necessário haver interação entre os membros do grupo. Quaisquer das atividades mencionadas acima, bem como as outras que naturalmente surgem nos diversos ambientes escolares, podem ser aproveitadas para que se proporcione oportunidades de integração social. Abaixo ilustraremos diferentes tipos de interação.

Integração comunitária — Para que haja uma real integração comunitária, é preciso o desenvolvimento de sistemas de apoio na comunidade. Isto requer uma ação política organizada, esforço e planejamento sistemáticos não só de associações, clubes e grêmios, como também das esferas a nível de governo municipal, estadual, federal. Assim, serão instaladas rampas de acesso a pessoas em cadeiras de rodas, a legislação do trabalho facilitará a possibilidade de emprego e trabalho remunerado de pessoas com capacidades diferentes da maioria dos cidadãos, diferentes formas de comunicação serão utilizadas em serviços de emergência, etc. É a sociedade como tal que

¹CARDOSO, Maria Cecília de Freitas. A Study on the Existence of Friendship Between Group Home Residents and Nondisable Persons Through an Exploration of Planned Contacts. Winconsin, 1987; CERTO, N., HARING, N., YORK, R. Public School Integration of Severely Handicapped Students; rational issues and progressive alternatives. Baltimore: Paul H. Brookes, 1984; FALVEY, M.A. op. cit.

deseja e favorece a participação, o viver e o conviver de todos os seus membros.

Tipos de interação. Proximidade — Ainda que não nos comuniquemos com quem está ao nosso lado, percebemos sua presença, e sua proximidade nos “fala” através de nossos sentidos, das associações que fazemos. A presença do outro provoca em nós oportunidade para pensarmos, refletirmos ou simplesmente reagirmos espontânea ou condicionadamente. É difícil, ou quem sabe, impossível, haver uma proximidade física sem nenhum tipo de comunicação não verbal. A importância da interação através da proximidade não deve ser minimizada. Experiências positivas ou negativas poderão ocorrer e deverão ser examinadas, avaliadas, enriquecidas ou redirecionadas.

Auxílio — Este tipo de interação caracteriza-se pela definição bem clara de quem dá e quem recebe auxílio. É o que chamamos de assistência voluntária. Muitos programas e experiências têm sido feitos com sucesso, e educandos oriundos de classes ou programas especiais recebem auxílio de colegas de outras turmas ou de suas próprias turmas. Esta assistência pode ser feita para ajudá-lo a locomover-se, a vestir-se, a brincar no play-ground, a cumprir uma tarefa de aritmética, a fazer uma leitura, a jogar dama, etc.

Serviço — Caracteriza-se pela responsabilidade profissional de prestação de serviços, onde uma das partes age profissionalmente e geralmente é remunerada ou compensada de alguma forma pelos serviços prestados. É um tipo de interação muito comum entre pessoas portadoras de deficiências e pessoas não deficientes, e infelizmente, às vezes, o mais freqüente. ⁴ Indubitavelmente necessário, não deve, contudo, ser nem o único nem o primordial, substituindo os outros tipos de interação.

Reciprocidade — Neste tipo de interação, as duas partes encontram-se no mesmo nível e há maior possibilidade de trocas, esperando-se que ambas possam dar e receber a qualquer momento. Não existem aqui papéis bem definidos a priori de quem é que ajuda e quem recebe ajuda, de quem supervisiona e quem é observado, de quem ensina e quem recebe instruções. É o tipo de interação existente entre colegas do mesmo nível e, quando mais íntima, entre amigos.

JUSTIFICATIVA PARA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL

Falta de evidência de vantagens de ambientes segregados — Se desejamos uma sociedade integrada, com a participação dos alunos que necessitam de educação especial na sociedade, ainda nos falta evidência de que a ação educacional segregada beneficia tal participação. Pelo contrário,

ênfatizando a educação em e para ambientes segregados, quem sabe demasiadamente especializados, às vezes, impossibilitamos a muitos educandos “especiais” desenvolverem suas capacidades para um convívio social mais abrangente e enriquecedor.

Diagnósticos médicos e psicométricos insuficientes para o planejamento educacional — Sentimos, os que passamos pelo magistério de turmas especiais, que a ênfase dada ao planejamento educacional baseado em uma avaliação essencialmente clínica não satisfaz ao professor em sua tarefa diária. A prática do modelo clínico em educação especial impossibilita um planejamento educacional mais parecido com o dos outros educandos, com objetivos semelhantes e os mesmos fins da educação. Se enfatizarmos um planejamento voltado para a educação, necessariamente utilizaremos, além dos diagnósticos clínicos, constantes avaliações pedagógicas que nortearão e acompanharão longitudinalmente o trabalho educacional. Uma abordagem voltada para a integração é, necessariamente, uma abordagem educacional.

Influência de fatores como classe social, raça, personalidade, etc, na classificação e segregação de pessoas. — A ênfase dada à segregação dos “diferentes” já levou a questionamentos sobre critérios de avaliação e alocação em classes/escolas especiais. Não é novidade que grupos minoritários e classes economicamente desfavorecidas foram prejudicados. Esperamos que uma ênfase dada à integração educacional ajude a que as necessidades específicas de todos os educandos sejam revistas sem a preocupação primeira de classificação e rotulação.

Danos causados pela estigmatização — Oportunidades para integração educacional bem planejadas e executadas podem diminuir o mito social de que todos os “especiais” devem “ir para um lugar especial”. Todos nós, que labutamos ao lado de pessoas que já foram rotuladas, conhecemos os danos causados pela estigmatização — danos para o próprio indivíduo, sua família e também para a própria sociedade, que se nega a ver e receber os dons das pessoas estigmatizadas.

Necessidade de oportunidades a ritmo e qualidade de vida mais parecidos com os de outras pessoas da mesma faixa etária

Educandos do “ensino especial” são crianças que se tornam jovens e adultos. Um convívio saudável com outros educandos do ensino regular que têm a mesma faixa etária poderá ajudar a criação de oportunidades para desenvolvimento de diferentes aptidões e uma participação maior dentro do que se espera de uma pessoa de determinada faixa etária.

ASPECTOS ESSENCIAIS PARA A INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL

Partilha — É necessário o planejamento de atividades comuns, em

⁵ BROWN, L. et al. The critical need for nonschool instruction in educational programs for severely handicapped students. In: BROWN, L. et al (ed.) Educational severely handicapped students, v. XII. Madison, XI: Madison Metropolitan School District, 1982.

que educandos do ensino especial partilhem a mesma atividade, na mesma hora e no mesmo ambiente, com educandos do ensino regular da mesma idade cronológica. Uma atenção especial deve ser dada aos diferentes graus de integração e aos diferentes tipos de interação que podem ser apresentados e/ou desenvolvidos.

Proporção natural — A escola deve procurar refletir aproximadamente a mesma proporção natural de pessoas com necessidades especiais encontradas na sociedade em geral. Assim, será mais fácil a que cada um receba a atenção e o apoio que lhe é necessário.

COMO FAVORECER A INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE

Como a integração não acontece automaticamente em nossa sociedade, há necessidade de um planejamento educacional explicitamente voltado para que se garanta a participação na comunidade. Isto significa que o currículo deve refletir uma prioridade na educação de hábitos, atitudes e habilidades necessários para que o educando viva e conviva com outras pessoas da comunidade. Quando necessário, o planejamento educacional englobará oportunidades educacionais para os próprios membros da comunidade, a começar pela própria escola e família do educando.

Estratégias utilizadas — A utilização de recursos de sua comunidade (meios de transporte, clubes, igrejas, restaurantes, hospitais, correios, supermercados, shopping centers, etc.) deve ser o meio principal para facilitar a participação dos educandos no ambiente onde vivem.⁵ Para isto, será sempre necessário sistematizar as “saídas da escola à comunidade” dentro de um planejamento abrangente e globalizado, proporcionando ensino individualizado e avaliação sistemática.

Estas “saídas” não são passeios e sim oportunidades educacionais sistemáticas e freqüentes com objetivos específicos bem determinados, onde o educando receberá a assistência que lhe for necessária. O trabalho deverá ser feito de forma individualizada ou em pequenos grupos de dois ou três educandos acompanhados por um ou dois educadores, dependendo da natureza da atividade, do ambiente onde ela é desenvolvida e das características dos próprios educandos.

A participação dos educandos na utilização de determinado tipo de recurso da comunidade acontecerá em diferentes horários, ambientes e na presença de pessoas variadas. Isto ajudará a garantir a generalização. Deve-se evitar qualquer tipo de automatização e condicionamento que venham a prejudicar a generalização e a busca de soluções em situações-problema. A escolha dos locais e atividades-alvo dependerá não só das possibilidades da escola, como também dos interesses e valores do educando e de sua família, escutados antes do início do planejamento educacional.

Deverá haver uma preocupação com a maximização da participação dos educandos nas diferentes atividades, favorecendo-se sempre a participação, mesmo que seja parcial, quando a total independência não é ainda possível. Serão feitas adaptações individualizadas quando estas forem necessárias para garantir a maior participação dos educandos.⁶ Os horários de frequência aos recursos da comunidade serão os horários normais utilizados por outros membros da comunidade com a mesma faixa etária e serão descartadas todas as situações artificiais.⁷ No entanto, será mais fácil iniciar o ensino de uma habilidade nova em ambiente que ofereça menor possibilidade de dificuldades, que gradativamente poderão ser apresentadas. Por exemplo, uma primeira compra de pão na padaria deverá ser numa hora tranquila, no meio da manhã, e não às 6 horas, quando a padaria está superlotada. Situações-problema comuns não serão propositadamente evitadas e poderão ocorrer naturalmente, uma vez que o educando deve aprender a ter iniciativas na resolução de situações-problema do dia-a-dia.

No planejamento do ensino, o educador deverá estar atento ao uso de estratégias naturais como pistas, reforço e correção naturais utilizados comumente⁸ e, muitas vezes, inconscientemente, por membros da comunidade. Estas deverão ser cuidadosamente observadas e estudadas pelos educadores enquanto ocorram no ambiente natural do educando, para que se evite qualquer espécie de artificialidade. Por exemplo, geralmente a pista natural para se encontrar o banheiro público correto é uma gravura (que pode variar de um ambiente para outro) indicando o sexo da pessoa que deve utilizar o banheiro. Frequentando diferentes ambientes e sendo confrontado com diferentes símbolos, o educando descobrirá as pistas naturais que o levarão à utilização do banheiro público correto, como o faz qualquer outra pessoa da comunidade.

Um exemplo de reforço natural é o balconista dar Coca-Cola ao educando que pede Coca-Cola num bar. O “muito bem”, muitas vezes utilizado como “reforço” nas escolas especiais, além de muitas vezes não funcionar como reforço propriamente dito e ser artificial e utilizado em situações de condicionamento puro, nada funcionais, infantiliza o educando, tornando-o alvo de olhares curiosos e, conseqüentemente, estimulando a segregação por parte dos membros da comunidade. O único reforço óbvio e natural para quem pede Coca-cola em um bar é receber a sua Coca-cola.

Os educadores também devem estar atentos a situações de correção naturais utilizadas na comunidade. Se o educando entregou uma quantia demasiado pequena para comprar um artigo numa loja, por exemplo, o caixa naturalmente dirá que falta dinheiro e pedirá mais. Situações graves de correção, como sanção social, também devem ser abordadas e discutidas com os educandos que aprendem a participar na comunidade.

A aprendizagem de utilização de recursos da comunidade deverá ser feita através da utilização funcional destes mesmos recursos. Por exemplo,

⁶ BAUMGART et al. The principle of practical participation and individualized adaptations in educational programs for severely handicapped students. *Journal of the Association for Severely Handicapped*, 1982.

⁷ BROWN, L. et al. A strategy for developing chronological age appropriate and functional curricular content for severely handicapped adolescents and young adults. *Journal of Special Education*, 13 (1), p. 81-90, 1979.

⁸ FALVEY, M.A. op. cit.

⁹ PERSKE, R., PERSKE, M. Circle of Friends; people with disabilities and their friends enrich the lives of one another. Nashville: Abingdom, 1988.

¹⁰ CARDOSO, Maria Cecília de Freitas, op. cit.

para que se aprenda a utilização dos correios, deverá haver alguém para quem se escreva e um motivo para lhe escrever. Um bilhete, carta ou cartão deve ser escrito, endereçado, fechado e selado após a devida compra do selo no correio, e o envelope colocado na caixa coletora, tudo isto feito, bem entendido, pelos próprios educandos. Uma atividade funcional serve para ensino de muitas habilidades, que devem ser exploradas. Neste exemplo acima estarão sendo trabalhados:

- habilidades de leitura, escrita e cálculo;
- conhecimentos geográficos e sociais;
- locomoção na comunidade;
- afetividade,
- meios de comunicação oral;
- utilização de dinheiro;
- uso de pistas naturais apresentadas no correio (avisos de vendas de selo, local para coletar cartas, etc.).

Necessidade de interações significativas — Não é suficiente que o educando aprenda a utilizar corretamente os recursos encontrados na comunidade onde vive, nem que aprenda como comunicar-se com as pessoas que encontra nestes locais para que esteja realmente integrado na comunidade. É necessário não só que o educando aprenda a interagir com as demais pessoas e que os diferentes membros da comunidade aprendam a interagir com ele, mas que existam interações significativas. É preciso, portanto, haver quem o escute, quem diga algo que lhe interesse, quem seja parceiro em suas atividades, quem o acompanhe quando quiser ou precisar de companhia, quem valorize o seu ser como pessoa.

Nenhuma interação é mais significativa do que relações de amizade. Perske ilustra com vários exemplos como a amizade pode mudar a vida de uma pessoa com deficiências e de seus amigos considerados não deficientes. É comum as famílias desejarem ardentemente que seus filhos com deficiências tenham amigos da comunidade onde vivem. ⁹ Cardoso estudou o relacionamento de amizade entre pessoas portadoras de deficiência intelectual e outras considerados não deficientes e mostra que embora não seja muito comum, este tipo de relacionamento é possível e desejável, e tudo indica que pode ser mais frequente se as condições forem favoráveis. ¹⁰

A amizade em si implica em interdependência voluntária, gratuidade nas relações, trocas e partilha, respeito à unicidade da pessoa, personalização do relacionamento, laço afetivo recíproco e insubstituível, conhecimento mútuo. A convivência com amigos favorece uma maior exploração de ambientes, grupos, atividades e idéias antes desconhecidos.

Para que estas relações de amizade ocorram, é necessário que as pessoas se encontrem, se conheçam, passem tempo juntas, façam algo juntas, em situação de igualdade. Entretanto, percebemos que a maioria das pessoas

com deficiências ou problemas em seu desenvolvimento vive num mundo restrito, convivendo com poucas pessoas que não tenham um problema ou deficiência considerada parecida com a sua, que não sejam profissionais e/ou para profissionais ou membros de sua própria família. Assim, têm poucas oportunidades de desenvolver relações de amizade com membros de sua comunidade.

Somente se os educandos que recebem educação especial e seus colegas da mesma idade cronológica de classes regulares ou da comunidade em geral tiverem oportunidades de conviverem em ambientes regulares e em atividades regulares que lhes sejam interessantes, poderão vir a desenvolver relações de amizade entre si. Junto a amigos da comunidade, o educando que recebe educação especial terá maiores oportunidades não só de explorar e conhecer a comunidade onde vive e sentir-se afirmado e valorizado como pessoa, como todos se beneficiarão do relacionamento único a ser estabelecido, aprendendo uns com os outros.

EXEMPLOS DE EXPERIÊNCIAS DE INTEGRAÇÃO ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DA COMUNIDADE

Academias, clubes e escolinhas de arte — Atividades como ballet, natação, ginástica e artes plásticas têm sido utilizadas como meio de desenvolvimento pessoal e de proporcionar oportunidades para interação entre pessoas consideradas portadoras de deficiências e outros membros da comunidade. Verificamos que estas atividades realizadas em ambientes naturais comunitários podem favorecer a interação entre os colegas e a participação em atividades grupais de lazer, tais como almoços em restaurantes. Pessoas oriundas de classes especiais demonstraram interesse em seguir participando destas atividades. As interações são consideradas por elas como satisfatórias entre colegas dentro de um contexto educacional.

Grupos comunitários — Algumas associações favorecem a criação de pequenos grupos comunitários que têm, como um dos objetivos, alcançar a integração das pessoas portadoras de deficiências intelectuais com os demais membros da comunidade. Estes grupos funcionam como grupos de apoio às pessoas com deficiências e suas famílias e se reúnem periodicamente no ambiente integrado com outros membros da comunidade. Procuram participar de todas e quaisquer atividades sadias da comunidade como membros integrantes em que cada pessoa é convidada a contribuir segundo seus dons e ajudada a desenvolvê-los. Há uma busca explícita de conhecimento mútuo com a esperança de que relações de amizade possam brotar entre os componentes do grupo e da comunidade em geral. ¹¹

Como conseqüência, é comum observar-se o desenvolvimento de amizade entre pessoas com deficiências e outros membros destes grupos comunitários. Juntos, participam de atividades regulares tão variadas como

¹¹ D'ERMITANIS, C. Marie-Hélène. Dites-nous... Ombres et Lumière, Supplémentau, n. 91, p. 4-6, 1990.

visitas à casa dos amigos, chamadas telefônicas, envio e recebimento de cartões postais ou cartas, festas juninas, bailes, festas de casamento, festas de aniversário, missa paroquial, grupos de oração, turismo nacional e internacional, visitas a museus, caminhadas na floresta, pic-nics, compras em supermercados, passeios, jogos de mesa, serenatas, participação em bazares, refeições em restaurantes e lanchonetes, peregrinações, preparo de refeições comunitárias, limpeza e arrumação de casa, freqüência ao cinema, natação, postagem de cartas no correio, acantonamentos, acampamentos, etc.

VANTAGENS DAS OPORTUNIDADES DE INTEGRAÇÃO

A integração possibilita maior oportunidade para o aumento de cooperação, tolerância, compreensão e apoio entre os educandos de hoje, cidadãos dirigentes de amanhã e futuros profissionais de serviços públicos.

O convívio com pessoas portadoras de deficiências em diferentes tipos de interação ajudará o educando regular de hoje na aprendizagem de como ajudar pares portadores de deficiências em suas reais necessidades, e a saber distingui-las, diminuindo assim os tabus, mitos e preconceitos. Só o convívio direto pode favorecer o desenvolvimento de amizade entre alunos da educação especial com pares não deficientes. Este convívio poderá trazer uma variedade de desafios, estímulos, modelos, e outras inúmeras oportunidades para as pessoas portadoras ou não de deficiências (aparentes). Vale a pena trabalhar nesta direção!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAUMGART et al. The principle of practical participation and individualized adaptations in educational programs for severely handicapped students *Journal of the Association for Severely Handicapped*, 1982.
2. BROWN, L. et al. A strategy for developing chronological age appropriate and functional curricular content for severely handicapped adolescents and young adults. *Journal of Special Education*, 13 (1), p. 81-90, 1979.
3. BROWN, L. et al. The critical need for nonschool instruction in educational programs for severely handicapped students. In: BROWN, L. et al (ED.). *Educational severely handicapped students*, v. XII. Madison, XI: Madison Metropolitan School District, 1982.
4. CARDOSO, Maria Cecília de Freitas. *A Study on the Existence of Friendship Between Group Home Residents and Nondisable Persons Through an Exploration of Planned Contacts*. Winconsin, 1987. [Tese de Doutorado — University of Wisconsin]

5. CERTO, N., HARING, N., YORK, R. *Public School Integration of Severely Handicapped Students; rational issues and progressive alternatives*. Baltimore: Paul H. Brookes, 1984.
6. D'ERMITANIS, C. Marie-Hélène. Dites-nous... Ombres et Lumière, *Supplémentau* n° 91, p. 4-6, 1990.
7. FALVEY, M.A. *Community-Based Curriculum; Instructional Strategies for Students with Severe Handicaps*. Baltimore: Paul H. Brooks, 1989.
8. JOHNSON, D.W., JOHNSON, R.T. Organizing the school's social structure for mainstreaming. Reston, Va: Council for Exceptional Children, 1981.
9. PERSKE, R., PERSKE, M. *Circle of Friends; people with disabilities and their friends enrich the lives of one another*. Nashville: Abingdom, 1988.
10. VANIER, J. *Community and Growth*. London: Darton, Longman & Todd, 1989.